

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1556039 - RS (2015/0237048-2)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ARI GARCIA PRESTES
AGRAVANTE : EMILIO SERAFIM SARAIVA FREITAS
AGRAVANTE : FLAVIO AMARO GOMES PEREIRA
AGRAVANTE : IVO DE JESUS SILVEIRA CANEDO
AGRAVANTE : MARISA GAMBIN
AGRAVANTE : SERGIO RENI RIBEIRO DA SILVA
AGRAVANTE : VITOR HUGO MEIRELES GERUNTHO
AGRAVANTE : REJANE RAMOS CARDOSO
AGRAVANTE : EVA LEONTINA DOS SANTOS NUNES
ADVOGADOS : OTÁVIO GUILHERME ELY E OUTRO(S) - RS016240
AUGUSTO OTAVIO STERN - RS010510
ANDRE VIEIRA STERN - RS067257
MARCELA BREDÁ BAUMGARTEN - RS064571
BRUNA DA SILVA BANDARRA E OUTRO(S) - RS075033
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER E OUTRO(S) - RS013449
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA E OUTRO(S) - RS035572
CARLA PINTO DA COSTA E OUTRO(S) - RS061655
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : VOLNIR CARDOSO ARAGAO - RS028906

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL. DEVOUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. ATO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui carga decisória e não acarreta prejuízo às partes, por isso, se trata de provimento irrecorrível. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

